

TEMPOS DE LUTA: A TRAJETÓRIA PESSOAL, POLÍTICA E ACADÊMICA DE TULLO VIGEVANI.

TIMES OF STRUGGLE PERSONAL, POLITICAL AND ACADEMIC OF TULLO VIGEVANI

Lucas José Dib¹

Sérgio Urbaneja²

Friedrich Maier³

Gabriela Carpi⁴

Paula Malta⁵

Silvia Giovanini⁶

Tempos de luta: a trajetória pessoal, política e acadêmica de Tullo Vigevani. Entrevista de Tullo Vigevani concedida a Lucas Dib e Sérgio Urbaneja, Marília (SP), Abril de 2014.

Palavras-Chave: Tullo Vigevani, Entrevista.

Times of struggle: the personal, political and academic trajectory of Tullo Vigevani. Interview by Tullo Vigevani given to Lucas Dib and Sérgio Urbaneja, Marília (SP), April 2014.

Keywords: Tullo Vigevani, Interview.

PARTE 1

Lucas Dib: Professor, obrigado pela entrevista. O senhor nasceu em Parma, na Itália, em 1942. Qual é a história da sua família na Itália e como se iniciou a relação com o Brasil?

¹ Entrevistador.

² Entrevistador.

³ Transcrição.

⁴ Transcrição.

⁵ Transcrição.

⁶ Transcrição.

* Nota: a entrevista é resultado da memória do entrevistado, sem consulta a outras fontes.

** Entrevista de Tullo Vigevani concedida em Marília, São Paulo, Brasil, em Abril de 2014.

Tullo Vigevani: Na Itália havia o regime fascista desde 1922 e em 1938 o regime aliou-se com a Alemanha nazista. A consequência é que a partir de 1938 foram implantadas leis antissemitas. A partir disso, algumas famílias judias foram embora voluntariamente. Eu disse “algumas” porque nos primeiros anos as leis antissemitas não levavam a agressões físicas e a risco de morte para os judeus residentes lá. Acontece que em pouco tempo essas leis levaram à expulsão das crianças e dos jovens das escolas e à expulsão dos judeus do emprego. O meu avô materno era engenheiro de uma grande empresa metalúrgica e naval, a Ansaldo, que é grande empresa até hoje, e também foi demitido. Minha mãe, que na época estava no colegial, foi expulsa da escola. Como consequência, meu avô, minha avó e uma tia vieram para o Brasil em 1939. Minha mãe continuou na Itália porque ainda não havia risco físico e foi morar com um tio e uma tia dela. Morou com eles de 1938 até 1941. Em 31 de dezembro de 1941 minha mãe se casou com meu pai. Ele era um profissional liberal, advogado, e tinha terras. Dessa forma não perdeu o emprego, e manteve o sustento da família por esses meios. Eu nasci em setembro de 1942, e até aquele momento podíamos viver mais ou menos normalmente na Itália. Em 1943 os Aliados norte-americanos e ingleses começaram a invasão da Itália a partir do Sul, a partir da Sicília, o que levou o rei Vittorio Emanuele II e seu novo primeiro-ministro Marechal Pietro Badoglio, que havia substituído o destituído Mussolini, a pedirem um acordo com os norte-americanos e os ingleses, um armistício, que na prática era uma rendição italiana. Essa rendição se desdobrou em uma divisão da Itália, porque a parte norte do país foi invadida pela Alemanha, pelas tropas nazistas, ficando sob ocupação alemã, e a parte sul já estava sob dominação inglesa e norte-americana. A partir desse momento, em setembro de 1943 os judeus do Norte da Itália foram perseguidos pelos nazistas e iniciou-se a prisão deles para envio aos campos de concentração. Meus pais fugiram para a Suíça – uma história bastante complicada, há um depoimento de minha mãe para a Fundação Spielberg a respeito – e eu, depois de alguns meses, em fevereiro de 1944, também fui levado para a Suíça, onde ficamos até o final da guerra, regressando para a Itália em agosto de 1945. Esses fatos estão documentados e registrados em vários arquivos, inclusive o Nacional Suíço de Berna, e no Istituto per la Resistenza de Parma, também no livro de Carlo Bocchialini [Pellegrino Riccardi: un giusto tra le nazioni,

GuaraldiLAB, Atelier 65 Editore, Parma, 2013]. Em seguida, as tensões produzidas pela Guerra Fria levaram os meus pais a sentirem a necessidade de sair da Itália, a sair da Europa, com medo de que pudesse haver outra guerra. Como meus avós maternos já estavam no Brasil, eles vieram para cá.

Dib: O senhor desembarca no Brasil dia 2 de Janeiro de 1951 e em 1961 ingressa na Universidade de São Paulo, no curso de Engenharia. A escolha da Engenharia foi uma influência do avô?

Vigevani: Eu não diria que foi uma influência do avô. Ele, de fato, era engenheiro, mas foi simplesmente uma maior vocação minha para a Matemática e para as Ciências Exatas naquela fase.

Figura 1: Tullo em 1951



Dib: Na época em que era estudante secundarista e depois universitário, o senhor fez parte de alguma agremiação partidária?

Vigevani: Como hoje é público, eu iniciei naquela época minha militância no Partido Operário Revolucionário Trotskista [Port]. Minha ligação com o trotskismo vinha desde o final de 1959. Acontece que em 1960 eu fiz o 3o ano do ensino médio no Colégio Dante Alighieri – “3o científico”, como se dizia naquela época – e o

cursinho cursei no Anglo Latino, na Rua Tamandaré, na Liberdade, em São Paulo. No período de conclusão do científico e do cursinho remeti meu ingresso formal na militância política para o final de 1960, depois de ter completado o vestibular. De fato ingressei na Poli, a Politécnica da USP, e a partir desse momento comecei minha atividade política.

Dib: E o que, na juventude do senhor, inspirava-o para a militância política? Quais objetivos o senhor buscava através dessa militância?

Vigevani: Como muitas vezes acontece, a militância política é provocada ou induzida por casualidades, conhecimento de pessoas, relações pessoais etc. Quem me levou para a militância trotskista foi um médico chamado David Lerer, que depois foi deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, cassado pelo Ato Institucional no 5 [AI-5], e também foi candidato a vice-prefeito em São Paulo, sempre pelo Partido Socialista Brasileiro. Ele me apresentou ao uruguaio Gabriel Labat, o Diego, secretário do partido trotskista no Brasil, enviado pelo Bureau Latino-Americano da Quarta Internacional para desenvolver o movimento no Brasil. Labat era um arquiteto, com bastante preparação política, teve muita influência sobre mim e sobre outros militantes daquele período. Mas, além das relações pessoais, havia afinidades que certamente foram muito importantes para a minha militância. Refiro-me à reação contra as desigualdades, a miséria, a pobreza, e a vocação para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e socialista. Então esse era um aspecto. Mas havia muitas organizações políticas com esses objetivos, e o que me atraiu para o trotskismo e criou identidade com essa organização foi a característica de ser uma organização que defendia a luta pela democracia em geral, e pela democracia operária em particular. Era a opositora de esquerda às forças amplamente hegemônicas na esquerda mundial e no Brasil naquele momento, que eram as forças comunistas, muito ligadas à União Soviética, ao bloco socialista, algumas à China, a todos os países do Leste Europeu; aqui o peso maior era do Partido Comunista Brasileiro. Então era uma militância, a trotskista, que me parecia agregar, que vislumbrava a possibilidade da luta pelo socialismo dentro de uma perspectiva democrática. Fortemente crítica do stalinismo, então hegemônico.

Dib: Essa participação política do senhor, mesmo sob um viés democrático, levou-o a enfrentar a prisão antes do golpe de 1964. E depois, durante a ditadura militar, o senhor sentiu na pele os anos de chumbo em mais duas prisões. O senhor poderia falar sobre isso?

Vigevani: Como disse, minhas primeiras ligações com a militância política se iniciaram no final de 1959, ainda na época do governo Juscelino Kubitschek. Entre dezembro de 1960 e janeiro/fevereiro de 1961, quando eu iniciei de fato, formalmente, minha militância, já era o período de transferência do governo de Kubitschek para Jânio Quadros. Minha primeira prisão foi ainda na vigência do período democrático. Ela aconteceu em abril de 1961, quando participei das manifestações contra a invasão de Cuba pelos mercenários norte-americanos, e nessa ocasião a esquerda no mundo inteiro, e no caso específico em São Paulo, mobilizou-se contra a invasão. Fizemos pichações, comícios e distribuição de panfletos em vários lugares da cidade e nesse contexto eu fui preso, nas redondezas da Praça da Sé, em São Paulo, pela polícia e levado ao Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, junto com outras pessoas. Mas fomos libertados depois de poucas horas com a intervenção do então deputado estadual Cid Franco, espírita, do Partido Socialista e, portanto, com vínculos com a esquerda. Os militantes que participavam dessas atividades em boa medida integravam a Frente da Juventude da Esquerda, depois chamada Frente de Ação de Esquerda [<http://passapalavra.info/quem-somos>, acesso 9/10/2014].

A segunda e a terceira prisão que sofri já foram durante o período da ditadura militar, que se iniciou em abril de 1964. Eu fui perseguido pelos agentes da Ditadura desde o primeiro dia, desde a noite de 31 de março, e já na primeira semana de abril o Exército foi até minha casa com o intuito de me prender, mas não me encontrou porque eu já havia saído. Naquele ano, o Exército instaurou um Inquérito Policial Militar, um IPM, cujo foco era a Faculdade de Medicina da USP, contra professores, e militantes de diferentes organizações, estudantes, e eu estava enquadrado nesse IPM. Mas, como já estava clandestino, não fui preso. Muita gente foi enquadrada nesses inquéritos, inclusive o ministro do Trabalho do governo Goulart, que em anos recentes tornou-se vice-governador de São Paulo, Almino Affonso; o deputado e líder das Ligas Camponesas Francisco Julião; muitos intelectuais, como Boris Fausto; e outros. Nesse período houve vários inquéritos militares. Em relação ao IPM da Faculdade de Medicina há muitos depoimentos importantes. Outro IPM buscou investigar o que o

governo militar instaurado chamou a “agitação e subversão entre os militares”. Como, na qualidade de militante estudantil e político, tinha de fato bastante relação com o meio militar, particularmente sargentos das três armas e da Força Pública – depois chamada Polícia Militar –, fui acusado de ter contribuído para a politização desse meio. Eu fui preso já depois que esses IPMs haviam sido encerrados, mas fui denunciado pela promotoria à segunda auditoria militar, que finalmente me condenou a uma pena de dois anos de cadeia.

Fui preso casualmente, em 20 de fevereiro de 1965, em Mauá, junto com dois irmãos de Olavo Hanssen, casualmente em uma batida rotineira da polícia. Olavo Hanssen foi depois assassinado em maio de 1970. Os três irmãos eram do Partido Trotskista. Dali, eu e os irmãos de Olavo Hanssen fomos enviados até a delegacia de Mauá. Na delegacia, os policiais se informaram de quem eu era, e, como já estava sendo procurado havia quase um ano, me transferiam para o Dops e lá eu fui torturado. Isso é

bom registrar, porque justamente nestes anos 2000 se está discutindo se as torturas começaram como consequência dos atentados das denominadas organizações de luta armada. E não é verdade. Eu mesmo sou testemunha disso porque fui torturado em 1965, quando o então delegado Romeu Tuma estava na chefia da delegacia de ordem política do Dops. Nessa época ainda vigia o habeas corpus e decorridos dois meses da prisão fui liberado, em 20 de abril de 1965, com a assistência de um advogado, Basileu Garcia, muito conservador. Depois disso, o auditor José Tinoco Barreto, da auditoria militar, impôs como obrigação que eu me apresentasse à própria auditoria três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas, ao meio dia. Nesse período, primeiro semestre de 1965, voltei à Escola Politécnica, mas, como queria seguir minha militância, deixei a Poli, deixei de me apresentar e fugi para o Uruguai, onde fiquei por alguns meses. Em seguida regressei para o Brasil e continuei minha militância clandestina. Voltei a ser preso em 2 de agosto de 1970, e então já existia a Operação Bandeirantes, a famigerada Oban, depois Doi-Codi. Também fui preso casualmente em uma rua de São Paulo, não longe de onde morávamos, a Rua Dom Villares, jogando fora jornais clandestinos do partido trotskista, Frente Operária, por um oficial da Polícia Militar que me viu atirando num bueiro o material, me desfazendo dele, e me prendeu sem saber inicialmente de que se tratava. Verificada minha identidade, pois eu andava com meus documentos regulares no bolso, fui levado para o Dops e, dali a dois dias,

para a Oban, onde fiquei por praticamente um mês e fui fortemente torturado. Minha mulher, que estava grávida, presa em nossa casa, foi obrigada a assistir às sessões de tortura que faziam. Depois desse mês de tortura intensa, fui novamente enviado para o Dops, onde não houve mais tortura, apenas os depoimentos, tomados burocraticamente, a partir dos registros enviados pela Oban. Os depoimentos foram datilografados, sempre com base nas declarações arrancadas à força. No Dops fiquei aproximadamente dois meses, período em que testemunhei terríveis violações, torturas e assassinatos. De Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, de Carlos Araújo, que tornou-se àquela época marido da presidente Dilma Rousseff, Regis Castro Andrade e outros. Depois, em outubro de 1970, fui levado para o Presídio Tiradentes, onde fiquei até 3 de fevereiro de 1972. Boa parte desta história está documentada pelo Tribunal Russell II [a cura di Linda Bimbi, Brasile: violazione dei diritti dell'uomo. Milão: Feltrinelli, 1975].

Dib: Durante o seu tempo de clandestinidade, casou-se em 1969, e em 1972, após ter sofrido toda essa repressão do regime autoritário, o senhor e sua família foram para a Itália. Como isso aconteceu?

Vigevani: A minha esposa, Maria do Socorro de Carvalho Vigevani, que foi presa na casa onde morávamos, em 6 de agosto de 1970, foi libertada em dezembro de 1970, depois de mais quatro meses de cadeia. Ela estava grávida ao ser presa e estava para nascer o nosso primeiro filho que se chama Homero. Nasceu dia 20 de janeiro de 1971. E por isso, porque ela estava grávida, e para poder dar à luz o filho, foi solta. Eu continuei na cadeia, mas não fiquei preso por conta da condenação relativa ao processo resultante do IPM de 1964, que havia prescrito. Permaneci preso, inicialmente ilegalmente, depois por prisão preventiva, devido ao processo também instaurado na segunda auditoria militar em São Paulo, auditor José Tinoco Barreto, relativo ao inquérito consequente às prisões de julho e agosto de 1970. Fiquei preso “preventivamente” até ser condenado como incurso no Artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, aquele que enquadrava os militantes políticos. A acusação maior que havia contra mim era de que na casa em que morávamos se fazia o jornal clandestino Frente Operária. Por isso a pena atribuída de quatro anos. O nosso advogado, Mário Simas, entrou com recurso no Superior Tribunal Militar, e o STM reduziu a pena de quatro

anos para um ano e meio. Portanto eu deveria ser libertado no dia 1o de fevereiro de 1972. No dia 1o, quando o cônsul da Itália em São Paulo, Antonio Di Stefano, foi me buscar na cadeia, no Presídio Tiradentes, não fui liberado. Nem eu nem ele sabíamos o porquê, mas o fato é que depois ele foi ao Dops perguntar a respeito e foi informado de que havia uma outra ordem de prisão preventiva contra mim em razão de um processo administrativo de expulsão do país por eu ser cidadão italiano. Processo que tinha um agravante: subversão dentro da cadeia. Só que, pelas leis brasileiras, eu não poderia ser expulso do país, porque já estava casado com uma brasileira e tinha filho brasileiro. O cônsul e o advogado arguíram frente ao Dops, mas mesmo assim não fui liberado. A intervenção do embaixador da Itália no Brasil junto ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid ajudou a desbloquear a situação. Com as intervenções em Brasília, no Ministério da Justiça, e também em São Paulo, junto ao comandante do Segundo Exército, houve a ordem de liberação, e fui então libertado no dia 3 de fevereiro de 1972.

Nesse dia a minha mulher estava na casa de amigos, onde havia morado durante a maior parte do tempo em que eu fiquei no Presídio Tiradentes, residência da senhora Cândida Vasconcelos Cavalcanti, tia de outro militante trotskista, Claudio Antonio Vasconcelos Cavalcanti, que havia sido preso na mesma época que nós, em julho de 1970 e também condenado. Maria do Socorro ligou para o cônsul informando que aquela casa estava cercada pelas forças da Operação Bandeirantes. Como consequência, Di Stefano foi me buscar no Presídio Tiradentes e me levou, em carro do consulado italiano, até o prédio do consulado, na Avenida Higienópolis. Com o mesmo carro, que era dirigido pelo motorista pessoal do cônsul, Paolo Farinelli, ele foi prontamente buscar minha mulher e meu filho na casa cercada pelas forças da Oban. O cônsul os levou também para onde eu estava e nós três ficamos alojados nas dependências durante uma semana. Antonio Di Stefano interveio novamente diretamente junto ao comandante do 2o Exército e conseguiu a minha liberação e de minha família com a condição de que nós viajássemos diretamente do consulado para a Itália. De fato saímos no dia 9 de fevereiro de 1972 para o Aeroporto de Congonhas, e dali até o Rio de Janeiro, onde, no Galeão, embarcamos com destino a Roma. Formalmente não se tratou de um asilo, porque eu era cidadão italiano, e também não foi uma saída voluntária, porque tratava-se de sobrevivência, de proteção à vida, duramente negociada.

Dib: O senhor reencontrou sua família na Itália? E como foi o processo dessa nova vida, na qual já em 1973 o senhor inicia o curso de Ciência Política e em seguida se especializa em Relações Internacionais? Existe relação entre a militância partidária do senhor contra a Ditadura, as prisões e perseguições com essa escolha pela Ciência Política?

Vigevani: Na Itália eu tinha família, inclusive minha mãe e dois irmãos, Franco e Emanuela. Haviam retornado para a Itália entre 1960 e 1963. Meu pai havia morrido quando eu estava na cadeia, em junho de 1971. A atuação de minha mãe, Iolanda Enrica Amar, junto ao governo italiano foi o que mobilizou a Embaixada da Itália no Brasil e o consulado a se manifestarem fortemente pela minha proteção, da minha mulher e do meu filho. Esses diplomatas atuaram no caso de outros italianos presos. Minha família, particularmente minha mãe, interveio junto ao governo, e até mesmo junto ao vice-primeiro-ministro, Bettino Craxi, que depois tornou-se primeiro-ministro, e seu conselheiro diplomático, Claudio Moreno. Conhecendo o deputado Paolo Vittorelli, do

Partido Socialista, da Ligúria, pôde acionar efetivamente a embaixada italiana intervindo junto ao governo. Quando chegamos a Roma, havia um primo me esperando e dali partimos imediatamente para Parma, a cidade onde nasci, onde minha família continuava morando. Semanas depois, voltando a Roma, fomos recebidos pelo embaixador Roberto Gaja, secretário-geral do ministério, que dirigia, em vista do cargo que ocupava, o trabalho de ajuda a italianos em situação de risco político no exterior, particularmente no Brasil.

Considero, e isso é algo que nunca escrevi, mas que não tem nada particularmente inédito, que meu último dia de militância no Partido Operário Revolucionário Trotskista tenha sido no dia 2 de agosto de 1970, o dia em que fui preso. Depois disso nunca mais voltei a militar. Em primeiro lugar porque fiquei um ano e meio na cadeia, e mesmo depois, quando fui para a Itália, não retornei à militância, ainda que tivesse então mantido contatos com o trotskismo posadista. Na Itália havia um partido trotskista da mesma tendência internacional que o Port no Brasil. Não fiz uma declaração de afastamento do partido, portanto não há registro, não há qualquer declaração formal dizendo que em “tal dia” eu me afastei. Mas considero que naquele 2 de agosto deixei a militância. Nunca fiz nenhum ato de rompimento, nem de luta

aberta contra a organização. Os desacordos vinham se acumulando ainda nos anos 1960, e não muito diferentes dos de outros em diferentes países, alguns dos quais relatados como livros de história ou como memórias. Dediquei-me a outras atividades, algumas delas próximas à política, em termos de estudos acadêmicos, de militância pela redemocratização no Brasil etc.

Chegando a Roma fui auxiliado para conseguir emprego pelos movimentos que se mobilizavam para ajudar as vítimas das ditaduras latino-americanas. Uma dessas pessoas foi Lelio Basso, um senador muito importante, foi o primeiro secretário do Partido Socialista Italiano, foi membro da Constituinte Italiana de 1946. Criou a Fundação Lelio Basso, que existe até hoje, e a Liga Internacional para os Direitos dos Povos, e organizou o Tribunal Bertrand Russell II, com o qual colaborei intensamente, de 1972 a 1979. Outra pessoa importante na ajuda a asilados políticos, e também para mim, foi uma senhora, titular da livraria dedicada ao Terceiro Mundo, Paesi Nuovi, Marcella Glisenti, ligada à Democracia Cristã, inclusive a um seu dirigente histórico, Amintore Fanfani. Também tive ajuda de socialistas e de outras correntes políticas, inclusive do Partido Comunista, especificamente do deputado Renato Sandri, encarregado das relações com a América Latina. No contexto da mobilização de solidariedade e de denúncia, encontraram um emprego para mim, no Ipalmo, o Instituto para as Relações da Itália com a América Latina, África e o Oriente Médio; publicava uma revista que hoje está fechada chamada *Politica Internazionale*, na qual tenho alguns artigos. Meus primeiros textos acadêmicos, outros naquele período apareceram em *Terzo Mondo* e em *Coyocan*, no México.

Meus empregos foram trabalhos simples. Inicialmente fazia fotocópias e depois fui encarregue da biblioteca do instituto, onde fiquei até 1979, quando voltei ao Brasil, e me integrei aos grupos de estudos sobre a América Latina do Ipalmo. Nesse período me dei conta da importância dos estudos, e uma preocupação que tive logo depois de me instalar em Roma e obter o emprego foi me inscrever em um curso universitário. E me inscrevi em Ciência Política na Universidade de Roma. Por que Ciência Política? Porque em boa medida resultava das minhas preocupações intelectuais de todos os anos anteriores, desde 1960 até esse período. Chegamos à Itália em fevereiro de 1972, consegui emprego em agosto e logo no ano seguinte me inscrevi na universidade. Esse interesse pela Ciência Política derivava de minha trajetória de vida e também, justamente, da trajetória profissional que eu estava iniciando no Ipalmo, que

efetivamente era um instituto de relações internacionais. Seu diretor era o professor Gianpaolo Calchi Novati, importante historiador da África – foi professor nas Universidades de Pavia, Pisa e Milão.

Dib: Essas experiências no Ipalmo influenciaram a reflexão intelectual do senhor para desenvolver, em seguida, seu mestrado e doutorado?

Vigevani: Não houve uma influência intelectual propriamente dita. Não podemos dizer que o Ipalmo formou uma escola de pensamento das relações internacionais na Itália, estabeleceu-se sob o signo do compromisso storico. Ele teve sua influência porque me proporcionou um ambiente de debate e discussões intelectuais sobre questões internacionais. Mesmo executando funções administrativas, eu participava das atividades intelectuais, como assistente na maioria das vezes, em temáticas que pouco conhecia, como a História da África e do Oriente Médio. Ou como um participante ativo e organizador na área de América Latina. Então o Ipalmo, e também a Fundação Basso, foram para mim momentos de debates intelectuais, reflexões, de conhecimento de novas questões e de interlocução com intelectuais e políticos importantes italianos e europeus, além dos demais países com os quais eu interagia, particularmente da América Latina.

Por exemplo, nessa época tive a oportunidade de me encontrar algumas vezes com o então dirigente máximo do Frelimo, de Moçambique, Samora Machel, que, com a independência de Moçambique, em 1974, se tornou o primeiro presidente do país africano. Era um ambiente com sensibilidade para os problemas do Terceiro Mundo muito intenso e eu absorvia o que podia.

Dib: Nesse período o senhor ajudou outros asilados políticos que chegavam à Itália, enviando-os para lugares seguros, ajudando na obtenção de empregos. Como se deu esse processo?

Vigevani: Na Itália tive participação ativa no trabalho dos asilados políticos, não só brasileiros, mas latino-americanos em geral, e naquela época particularmente os chilenos. Mas não ajudei na obtenção de empregos. Não tive qualquer influência nisso, dependia dos italianos ou organizações internacionais lá estabelecidas, ou ligadas à

Igreja, ou às Nações Unidas, como a FAO. Para a Itália foram alguns exilados que se tornaram políticos chilenos muito importantes hoje, como José Antonio Viera-Gallo, estava o antigo senador socialista Raúl Ampuero, jovens como Esteban Tomic. Tinham forte presença na Itália velhos políticos chilenos, de uma geração anterior, que tiveram papel seja no governo de Eduardo Frei, seja de Salvador Allende, como Radomiro Tomic e Gabriel Valdés, haviam sido ministros das Relações Exteriores no governo democrata-cristão. Sobretudo, tivemos intensas relações com exilados das organizações de esquerda que estiveram no governo de Allende. Porém, certamente minha atividade principal foi em relação ao Brasil, embora não tanto em relação a asilados brasileiros, porque poucos exilados daqui se fixaram na Itália, algumas dezenas no máximo. Depois do golpe de 1973 no Chile, muitos brasileiros que estavam naquele país foram para a Itália ou porque tinham dupla nacionalidade ou porque conseguiram refugiar-se na embaixada. Em seguida iam para outros países, com melhores condições de asilo: Suécia, Holanda, Alemanha, alguns voltavam a outros países da América Latina ou aos Estados Unidos.

Passaram por lá muitos outros brasileiros, seria impossível citar todos. São fatos históricos hoje bem documentados, entre outros Armênio Guedes, Apolônio de Carvalho. Estiveram muitas vezes Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Paulo Freire, Dinarco Reis, entre outros.

Minhas atividades estavam ligadas a duas questões básicas e de caráter político. Uma era a solidariedade com o Brasil e a luta contra a Ditadura. Realizou-se centralmente pela minha participação na Fundação Lélío Basso. Basso e seu grande apoio, Linda Bimbi, uma ex-freira que trabalhou em Minas Gerais, desenvolveram duas iniciativas de grande importância: o Tribunal Bertrand Russell II, cuja primeira sessão foi dedicada ao Brasil em abril de 1974, contando com depoimentos de pessoas que tiveram presença na vida política brasileira significativa, como o Fernando Gabeira, Nancy Mangabeira Unger, Rolando Fratti, Miguel Arraes.

Eu e a minha mulher também demos depoimentos, e, além disso, tivemos uma atividade significativa na organização e na montagem do tribunal e na articulação do que deveria ser tratado e discutido ali. Fui um dos brasileiros que contribuíram para o documento de acusação ao governo brasileiro, elaborado por um conhecido professor de medicina da Universidade de Roma, com forte formação em antropologia, Ettore Biocca.

Além da atividade junto à Fundação Basso e a outra entidade criada sob a inspiração do Senador, a Liga Internacional pelos Direitos dos Povos, mantivemos até 1979, portanto durante sete anos – juntamente com os outros brasileiros residentes na Itália, como Carmela Pezzuti, Nancy Marietto, José Luis del Roio e outros –, uma atividade intensa de solidariedade ao Brasil que se viabilizou por diferentes formas. Duas delas, as últimas antes do meu retorno ao Brasil como consequência da Lei de Anistia de 28 de agosto de 1979, foram, de 28 a 30 de junho de 1979, em auditório da Câmara dos Deputados, em Roma, a Conferência Internacional para a Anistia Ampla e Irrestrita e Pelas Liberdades Democráticas no Brasil, que teve como presidente a deputada Giancarla Codrignani, de formação católica, da Esquerda Independente. Participaram dessa Conferência oito deputados autênticos do MDB e muitos outros brasileiros. Basso havia morrido em dezembro de 1978, justamente depois de ter estado em São Paulo na Conferência pela anistia de novembro de 1978. A outra atividade, depois dessa conferência, foi um seminário político-acadêmico organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo de Milão, ligada ao Partido Socialista, de estudos sobre o Brasil. Neste seminário também participaram inúmeros líderes brasileiros vindos do Brasil e significativas lideranças de exilados. Em seguida, a maioria dos brasileiros que estavam na Itália começou a voltar para o Brasil, e eu mesmo voltei com a minha mulher e meu filho. Chegamos ao Aeroporto de Viracopos no dia 25 de dezembro de 1979, dia de Natal.

Dib: Nesse período, tanto na Itália como em outros países da Europa, também foram muitas as campanhas a favor da redemocratização, não é mesmo? O senhor poderia dar alguns detalhes sobre isso?

Vigevani: Além dessas ações e conferências que acabo de relatar, realmente aconteceram muitas atividades. Eu mesmo participei de inúmeros seminários, às vezes comícios, debates em paróquias, com grupos do Partido Comunista ou do Partido Socialista, da Democracia Cristã e do Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária (Psiup) etc. As ações que ocorreram foram amplamente diversificadas e não só na Itália, mas na Europa como um todo, como manifestações na França das quais também participei. Ocorreram na Bélgica e em todos os países, tanto da Europa Ocidental quanto da Oriental. Também participei de um seminário organizado pela Fundação

Basso na Venezuela, Caracas e Mérida, em 1979, pouco antes do retorno.

Dib: O senhor tinha iniciado o doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, mas após a Lei da Anistia, de 1979, regressa ao Brasil. Como se deu esse processo e o que o senhor fez no Brasil a partir de então?

Vigevani: Quando eu voltei fui imediatamente procurar emprego. Assim, depois que cheguei a São Paulo fui para a Paraíba, ainda em dezembro de 1979, porque a minha mulher é de lá, então fomos ver a mãe dela, os irmãos, a família. Lá tínhamos alguns amigos e conhecidos, e um deles, Jurandir Antonio, era professor de Economia da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande, depois de ter sido exilado na Bolívia e na Alemanha. Através dele e do vice-reitor da Universidade, que havia sido dirigente do CNPq, fui convidado a ingressar como professor na universidade, para o ensino de Ciência Política. Em seguida, antes de qualquer decisão, voltei a São Paulo e – graças ao apoio de um primo distante, Gabriel Bolaffi, professor da Faculdade de Arquitetura da USP, que já nos havia ajudado muito no período de nossa prisão, inclusive sua mãe, Renata Bolaffi, e com o apoio do secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, um democrata que apoiou vários perseguidos políticos, Cândido Malta Campos –, eu consegui um emprego na Secretaria de Planejamento da Prefeitura, onde trabalhei até outubro de 1987, quando entrei na Unesp. Esse emprego na secretaria se deu de maneira meio inabitual, porque eu não tinha documentos brasileiros, somente italianos. Estava legalmente no Brasil, mas estava fazendo o pedido de renovação de minha residência permanente, visto ser possuidor de carteira modelo 19 de antes da saída do Brasil, a identidade de estrangeiros. Acontece que ainda estávamos na época do regime militar, governo João Baptista Figueiredo, e a carteira demorou um ano e meio para ser-me entregue. Nesse tempo trabalhei na Secretaria de Planejamento com um amigo meu recebendo o salário para mim, e, claro, isso contou com a conivência do pessoal da secretaria, porque, afinal, era a única forma de trabalhar. Nesse período fiquei sem a carteira de identidade brasileira atualizada e conseqüentemente não tinha carteira de trabalho. Possuía apenas o protocolo do pedido de renovação, portanto estava de forma legal no país. Trabalhei assim até 1982, quando recebi a carteira Modelo 19 atualizada. A partir daí passei a trabalhar de forma regular e registada.

Dib: O senhor, além de trabalhar na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, também deu aula na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo e no curso de Ciências Sociais da PUC de São Paulo. Como aconteceu o vínculo com essas instituições?

Vigevani: Também muito simples. Na Itália, eu fiz o curso de Ciência Política, com especialidade em relações internacionais, e me formei em 1977-78, com tese sobre a política exterior do Brasil ao longo da Segunda Guerra Mundial, orientador o importante historiador de relações internacionais, Pietro Pastorelli. Logo depois busquei o doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, onde eu fui introduzido por Alain Joxe, professor da Escola e renomado especialista em América Latina, irmão de Pierre Joxe, que havia sido ministro da defesa do Presidente Charles De Gaulle. Informado de meu interesse em relações internacionais, ele me apresentou ao professor Jacques Vernant, grande autoridade nesse campo, velho gaullista histórico, maquisard, diretor da mais importante revista de relações internacionais francesa, *Politique Étrangère*. Apresentei meu plano de pesquisa para o professor Vernant, que me aceitou como orientando no doutorado de 3º ciclo da Escola de Altos Estudos. Me inscrevi no doutorado e a cada três ou quatro meses eu viajava da Itália para Paris para discutir com o professor Vernant o andamento da minha tese. Catorze horas de trem Stazione Termini-Gare de Lyon. Nunca deixei de morar e trabalhar na Itália, porque precisava sobreviver. Além do Ipalmo, trabalhei na agência de notícias Inter Press Service, de orientação terceiro-mundista, vinculada particularmente à América Latina. Trabalhava nela na hora do almoço e à noite, após 19h30, até 21,30 h.

Quando cheguei ao Brasil tinha essa experiência de trabalhar quase 16 horas por dia e estudar. Então consegui um emprego, como contei, na Secretaria de Planejamento. Mas também queria me vincular ao mundo acadêmico, porque, depois de toda experiência que tive na Itália, minha expectativa era continuar pesquisando e trabalhando particularmente na área de política internacional, especificamente no campo de estudos de política exterior do Brasil. Como lembrei, minha tese de láurea na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma foi sobre isso. E o projeto

para o doutorado de 3º ciclo também era sobre política externa do Brasil. Com a volta ao Brasil, esse se tornou meu doutorado na História da USP, sob a orientação de Carlos Guilherme Mota. Quando, em 1982, regularizei minha documentação, procurei dar aulas e aproveitar os vários contatos que tinha na área. Através de Luiz Alberto de Moniz Bandeira, havia conhecido o professor Paulo Rezende, então chefe do Departamento de Ciência Política da PUC. Também conheci alguns professores da área de comunicação da USP e da Metodista de São Bernardo justamente pelos meus vínculos anteriores com a Inter Press Service. Participei de várias reuniões da Intercom, que agrupava professores dessa área. Inclusive tenho artigos publicados ligados ao tema da Nova Ordem Internacional da Comunicação no meu currículo. Como consequência desse vínculo com os professores da área de comunicação, acabei sendo convidado pelo professor José Marques de Melo e outros professores para dar aula de Antropologia Social na faculdade, porque não havia disciplina específica de Política. Coincidiu com o fato que na mesma época tive que revalidar o meu diploma de graduação obtido na Universidade de Roma na USP, tendo que cursar para isso a disciplina de Antropologia. Portanto tive que lidar com a literatura específica da área naquele momento.

Ainda no início dos anos 1980 conheci o professor Leon Pomer, refugiado argentino fugido do seu país, que estava ensinando a disciplina de Relações Internacionais na PUC, no quarto ano de Ciências Sociais. A relação estabeleceu-se no contexto de um grupo de estudos sobre a América Latina, Irla [Instituto de Relações Latino- Americanas], criado na PUC naqueles anos, liderado por Luiz Eduardo Wanderley. Tendo Pomer solicitado demissão por ter sido contratado pela Unicamp, sugeria meu nome ao chefe de departamento, Paulo Rezende, para dar essa disciplina. Entrei na PUC dessa forma, juntamente com o emprego básico que eu tinha na Secretaria de Planejamento. A duplicidade de vínculo no período era imprescindível visto que a universidade estava numa época de crises constantes, inclusive com não pagamento de salário etc., e não se podia depender apenas dela.

Dib: Durante esse período de trabalho na secretaria e também na atividade docente, o senhor pegou o tempo de governadores como Paulo Maluf, Franco Montoro, Orestes Quéricia. Reynaldo de Barros e depois Mario Covas como prefeito de São Paulo a partir de 1983. O senhor, no Brasil, chegou a participar diretamente do processo de

transição política brasileira, de reuniões partidárias, do movimento das Diretas?

Vigevani: Minha participação direta e pública foi pequena, porque até 1985, apesar de eu já possuir a documentação completa de estrangeiro desde 1982, ainda vivíamos no regime militar, governo Figueiredo. Então tomei muito cuidado, era estrangeiro. Permaneci nessa condição até 1986, tomava muito cuidado para não me expor, não participar e não aparecer em nenhuma atividade política. Tive alguma participação intelectual, em círculos intelectuais de São Paulo e do Brasil, mas nunca de nenhum comício, nem nunca assinei documento para reconhecimento de partido político, justamente porque eu não podia legalmente fazê-lo e não queria expor a minha família a riscos desnecessários. Em 1984 havia dado entrada a pedido de naturalização brasileira, mas ficou parado por mais de um ano. As relações que tinha com o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, Cristovam Buarque – depois ministro, governador de Brasília e hoje senador –, viabilizaram a normal retomada do processo. Essa relação resultava do fato de um parente dele ter militado comigo no Partido Operário Revolucionário Trotskista na segunda metade dos anos 1960. Com isso consegui contato com o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, que permitiu que o processo tivesse andamento normal. A naturalização foi assinada em 25 de julho de 1985 pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra. A partir daí eu oficialmente era brasileiro.



312

CONTINUAÇÃO DO INTERROGATÓRIO DE TULLIO VIGEVANI.....

que foi transferido para a cela 14, "por ordem superior, con-
forme informação verbal do Encarregado da Carceragem"; que
tais transferências, embora não sejam de rotina, ocorrem fre-
quentemente, por motivos diversos; que a batida na cela 14 -
foi efetuada durante o plantão do Encarregado da Carceragem
Sr. Rui Pontés dos Santos; que a busca foi assistida por todos
os , digo, foi assistida por policiais militares, sendo efetua-
da pela equipe do plantão; que cerca de dez detentos coabita-
vam a cela, os quais eram revistados individualmente ao sair
da mesma, não se recordando o interrogado do encontro de qual-
quer documento ou papel em poder de seus colegas de cela; que
não presenciou a revista, nem a negativa de CARLOS LISZTEJN, em
submeter-se a busca pessoal; que o interrogado faz questão de
frisar, que viu Carlos Lisztejn, ser retirado da Cela 14, "
aos empurrões por funcionários!" não sabendo esclarecer o núme-
ro de funcionários, nem o nome dos mesmos; que não sabe infor-
mar também, o motivo pelo qual Carlos foi conduzido para fó-
ra da cela, daquela maneira, bem como, se o mesmo se recusou
a ser revisado, digo a busca pessoal, antes de sair da cela, -
tendo em vista, que o interrogado se encontrava fora da cela;
-que o interrogado foi um dos primeiros a ser revistado e a
sair da cela 14, nada sendo encontrado em seu poder, permane-
cendo, todavia, no corredor, em frente a cela, até a revista
total, que durou cerca de 4 horas; que o interrogado não
presenciou a retirada de qualquer material porventura exis-
tente no interior da cela 14 e pertencente aos detentos; que
não sabe informar se entre seus companheiros de cela, bem
como de presígio, são discutidos assuntos de ordem política,
nem troca de idéias e doutrinação política, limitando-se o
interrogado a seus afazeres costumeiros; leitura de livros,
Jornais e revistas, e trabalhos artesanais; que lembra-se que
Antenor Meyer, Carlos Lisztejn, Djalma Quirino de Carvalho,
Geraldo Mangela C. Mota, Joaquim dos Santos, José Bartholo Cal-
vert, Alcides Yukumutssu, Elias Marija Jr., estavam na oportu-
nidade dos fatos habitando a cela 14, ou mais precisamente
na época dos fatos, habitando a cela 14, juntamente com o in-
terrogado; que não se recorda, de Benedito Antonio Ferraz,
Teir Storch, Floriano Monteiro de Araujo, Carlos Russo Jr.,
Paula de Terso Wenceslau e Alípio Cristiano de Freitas; não

[Handwritten signature]
Tullio Vigevani
El Affirmado
por Rui Pontés

.....
não sabendo ainda, os motivos que deram origem ao incidente ocorrido entre Benedito e outros; que, inclusive, estranha a relação, existente entre o acidente ocorrido no pátio e os habitantes da cela 14; que somente neste ato é que tem ciência de que a agressão sofrida por Benedito Antonio Ferraz, Jair Storch e Floriano Monteiro de Araujo, por parte de Fernando Casadei Sales e Antenor Meyer, secundado por outros, foi divergências de ideologia política, conforme consta do officio (xerox) às fls. 3; que mais uma vez quer deixar claro, que não tem qualquer conhecimento das ocorrências que tiveram lugar no pátio do Presídio, por ocasião do banho de sol, referidas no tópico anterior; que com relação aos documentos manuscritos e datilografados, constantes de fls. 14/189, do primeiro volume, do presente inquérito policial, após folheá-los, pode afirmar nunca tê-los visto, não os ter manuseados, não saber a sua autoria, quer com relação aos seus ex-companheiros de cela 14, quer com referência a outros detidos do Presídio, com os quais mantém contato; que em 1961, foi detido pela primeira vez, quando estava matriculado no primeiro ano da Escola Politécnica, sendo conduzido ao DOPS, para averiguações, tendo sido liberado imediatamente após; que desde aquela ocasião o indiciado, como ocorre até hoje, é partidário das idéias pregadas por Leon Trotsky, de acordo com o declarado no último processo a que respondeu; que já esteve envolvido em processo de expulsão do Brasil, tendo em vista sua nacionalidade ser italiana, mas que devido ao fato de ser casado com brasileira e ter um filho brasileiro, o referido processo foi arquivado; que após a sua liberação pela Justiça Militar, pretende retornar à Itália, levando sua esposa e filho, visto que naquela País, se encontram seus familiares, inclusive a sua progenitora, que aqui permaneceu cerca de dez anos, em companhia do interrogado; que seus familiares possuem propriedade agrícola na Itália, na cidade de Parma; que conforme esclareceu acima, é partidário da doutrina Trotskista (comunista); que como tem acompanhado pelo noticiário internacional da imprensa, os movimentos políticos nos Países latinos-americanos, em especial os latinos-americanos, acredita, que para o Brasil a tática mais adequada seria através, para o progresso do País, seria a organização do operariado, por meio dos seus órgãos de classe, ou seja, os sindicatos; que cita como exemplos de regimes progressistas, o Peru e o Chile, acreditando que estes Países, dentro de



313
X

continuação do interrogatório de TULLIO VIGEVANI

dentro de alguns anos resolverão seus problemas econômicos; que com relação a atual política- econômica adotada pelo governo brasileiro, o interrogado "achã que a mesma não resolve os problemas nacionais, sobretudo, nos setores mais pobres da população, ou seja, os assalariados"; que o interrogado declara não ter ocupado qualquer cargo dentro da organização trotskista, em especial o PORT, tendo se iniciado na doutrina comunista, durante os debates organizados pela UEE e UNE, oportunidade em que passou a adotar as teses que até hoje defende, desenvolvendo suas idéias, através de leitura própria. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, pelo interrogando, pelas testemunhas, Geraldo Cavalli de Almeida e José Maria Rosa da Silva, funcionários do Presídio Tiradentes, que assistiram a leitura deste interrogatório e por mim escrevãõ que o dátilografei.....

Autoridade: _____
Interrogando: Tullio Vigevani
Testemunha: - Geraldo Cavalli de Almeida
Testemunha: - José Maria Rosa da Silva
Escrivão: - [assinatura]

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL
FICHARIO E ARQUIVO.TULIO VIGEVANI -Codinome-"SOUZA"

À rua Major Diogo, 141, nesta Capital, foi indiciado em inquerito na O.S., por tomar parte no Movimento "TROTKISTA" na firma Metalurgica Forjação S/A. Em 18-2-1966, a 2a. Auditoria da 2a. Reg. Militar expediu MANDADO DE PRISÃO, o fichado encontrava-se foragida e em local ignorado. Em 23-2-65 encontrava-se se detido à disposição desta Especializada, para averiguações, pelo of. nº 1939, datado de 10-9-70, da Segunda Auditoria do Exército, comunicou-nos que o Conselho Especial de Justiça, por unanimidade de votos, julgou provada a prática, pelo acusado, do crime de propaganda subversiva, mas, declarou extinta a punibilidade do mesmo, pela prescrição. Da sentença, houve recurso do Ministerio Público, não tendo o mesmo sido julgado, até a presente data pelo E.S.T.M. Nessas condições, não tendo mais qualquer valor o mandado de prisão anteriormente expedido e cumprido, devendo ser posto em liberdade, só por outro motivo não estiver preso, tendo a presente comunicação força de contra-mandado de prisão. Foram apreendidos no apartamento do epígrafa do varios documentos, em 22-9-70, a Rua Prado nº 216-Vila Guarani. A 1a. Auditoria da 2a. Circuncrição Judiciária Militar-MANDADO DE PRISÃO -a fim de prender e recolher ao xadrez, o marginado e Maria do Socorro de Carvalho Vigevani, tendo em vista haver sido em despacho desta data, com fulcro nos artigos 254 e 255, do Código de Processo Penal Militar, decretada suas prisões preventivas, nos autos de Representação que nesta Auditoria, tomou o nº 487/70, cumpra-se dado e passado aos 23 de novembro de 1970. Em 21-8-70 foi indiciado em Inquerito Policial que apurou as atividades subversivo-terroristas atribuidas ao Partido Operario Revolucionário Trotskista-Secção Brasileira em São Paulo. Crimes contra a Segurança Nacional. O Rec. de Presos Tiradentes-Mens. nº 64-comunicou ALVARÁ DE SOLTURA, Em 3 de fevereiro de 1972, do Recolhimento de Presos Tiradentes, comunicou-nos que o elemento em causa, foi posto em liberdade, O telex nº 402/72-A Delegacia de Estrangeiro, em 4-2-72 comunicou que tendo em vista a mensagem Telex oriunda do Ministerio da Justiça, pela qual o Dr. Secretario Geral daquele Ministerio despachou favoravelmente pelo arquivamento do processo destinado a expulsão do estrangeiro supra, qualificado do territorio brasileiro.

Quanto aos demais, nada consta desta fichario.
Fichario e Arquivo, em 6 de março de 1972

segue no verso:-



Fls. 312

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E DE INTERROGATÓRIO

As quinze horas do dia vinte e oito do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de São Paulo

no Recolhimento de Prêsoes Tiradentes, onde se achava o Senhor Dr. Roberto Gabriel Ward, em diligência -

Delegado, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu o acusado, o qual, às perguntas da autoridade, respondeu como segue:

Qual o seu nome? TULLIO VIGEVANI - digo TULLO VIGEVANI -

Qual a sua nacionalidade? italiana

Onde nasceu? Parma - Itália -

Qual o seu estado civil? casado

Qual a sua idade? 29 anos (20/9/1942)

Qual a sua filiação? Rolando Vigevani e de Iolanda Vigevani -

Qual a sua residência? atualmente recolhido no Recolhimento de Prêsoes Tiradentes. -

Qual o seu meio de vida ou profissão? estudante - universitário -

Qual o lugar onde exerce a sua atividade? -

Sabe ler e escrever? sim

Depois de cientificado da acusação que lhe é feita; passou o acusado a ser interrogado pela autoridade, respondendo o seguinte: que o interrogado é estudante de engenharia, da Escola Politécnica da USP, tendo cursado até o terceiro ano, encerrando, temporariamente, suas atividades escolares em 1966, em virtude de ter ficado foragido, devido à decretação de prisão preventiva, - pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, por participar de

S. G. - S.S.P. - Mod. 135

Handwritten signatures and notes on the right margin, including 'Tullio Vigevani' and 'J. P. Lucinda'.

.....
participar de movimentos estudantis da UEE e da UNE, inquérito este, no qual estão envolvidos dezenas de estudantes; que embora a prisão preventiva tenha sido decretada em 1966, o interrogado deseja esclarecer, que as suas atividades relativas ao caso retro mencionados, ocorreram por volta de -
digo, anterior a 1964; que precisamente em 02 de agosto de 1970, foi preso casualmente na rua, próximo a sua residência, por um Oficial da Polícia Militar do Estado, em virtude de ter suspeitado, do interrogado, visto que o referido Oficial habitava próximo a residência do acusado; que o interrogado residia na ocasião dos fatos, à rua Prado, 116, sendo que na oportunidade da sua detenção, foi conduzido à Delegacia do bairro, e dali para o DOPS e posteriormente a Operação Bandeirante; que no DOPS, foi levantada a sua identidade, após pesquisas, constando-se contra o mesmo havia o mandado de prisão preventiva, expedido pela Auditoria Militar; que após a sua estada na OBAN, foi recambiado ao DOPS, onde foi indiciado "em 1970 em um segundo inquerito policial militar, desta vez sob acusação de participar das atividades do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTKISTA"; que neste último inquérito foi indiciado, com mais quatro pessoas, não se recordando dos nomes, sabendo, todavia que os mesmos foram colocados em liberdade, posteriormente; que ainda com relação ao inquerito do PORT, o interrogado tem a informar, que foi condenado a quatro anos de reclusão e / um de seus companheiro de inquerito a dois anos e meio, sendo que os outros três indiciados foram absolvidos, estando entre os mesmos, sua esposa; que relativamente ao primeiro inquerito, relacionados com a UEE e a UNE e que originou a decretação da prisão preventiva do acusado, este tem a dizer que segundo seu Advogado, ocorreu a prescrição, devido ao tempo já decorrido; que assim sendo, o interrogado acha-se recolhido a este Presídio, em cumprimento a pena de 4 anos; que com relação aos fatos objetos do presente inquerito, esclarece que só tomou conhecimento da divergência, ocorrida com o tal de Benedito, que não conhecia, com outros companheiros de Presídio, cuja identidade desconhece até hoje, somente alguns dias depois; que ao que parece o tal de Benedito foi levado posteriormente ao DOPS, não sabendo também informar, se o mesmo lá permanece; que na ocasião dos fatos, não sabendo esclarecer se foi no mesmo dia da divergência, entre Benedito e seus companheiros, foi realizada, uma busca na cela 14, onde o interrogado habitava, aproximadamente há dois meses; que o interrogado deseja deixar claro, que foi transferido -

PARTE 2

Dib: O cenário internacional da década de 1980 foi marcado por grandes transformações estruturais, tendo destaques processos de liberalização econômica e de democratização política. Como cientista político, o senhor considera que, no caso brasileiro, a década foi uma transição política, através da substituição do autoritarismo por um regime democrático, e uma transição econômica, que resultou em uma nova relação Estado/mercado?

Vigevani: Sem dúvida houve uma transição e mudanças do ponto de vista econômico e do ponto de vista político. Há muitas explicações sobre a transição política e muitos autores a discutiram e pesquisaram. Entre eles, Fernando Henrique Cardoso, Bresser- Pereira, Brasílio Sallum Jr., Eduardo Kugelmas, José Álvaro Moises, Francisco Weffort, Cícero Araújo, Wanderley Guilherme dos Santos, Fernando Limongi, Leôncio Martins Rodrigues e Luíz Werneck Vianna. O número de autores sobre esse tema é muito grande. Impossível lembrá-los, inclusive porque não estudo o tema especialmente. Autores fora do Brasil também trataram do tema, como Philippe Schmitter, Alfred Stepan, Juan Linz e muitos outros. A transição política do Brasil teve algumas características particulares que inclusive, no meu entendimento, a diferenciam de outras transições na América latina e no mundo. Isso porque foi uma transição, entre aspas, “pacífica”. E saliento o “entre aspas” porque é claro que não foi pacífica no sentido pleno do termo, nem ocorreu de forma natural, teve muitos custos humanos, altos. Dizemos "pacífica" porque se deu sob a égide da Lei de Anistia, de votações no Congresso, inclusive a que elegeu Tancredo Neves.

Dib: A própria história do senhor.

Vigevani: São muitíssimas histórias. Mas foi uma transição pactuada com os militares. Tanto é verdade que hoje, em 2014, decorridos quase 30 anos do fim do regime militar, o que se deu em 1985, ainda se está discutindo esse tema, não está resolvido. O mesmo aconteceu no âmbito econômico. Em geral, a literatura que analisa a questão da transição – não sou especialista na área –, tende a interpretar que as mudanças de posicionamento de uma parte da elite brasileira se deram ainda na década

de 70, portanto antes do período da transição formal. O que teria ocorrido foram modificações das percepções das elites brasileiras, passando a considerar que não deveriam mais apoiar o regime militar. Isso começou particularmente durante o governo Geisel. Houve expressões importantes, por exemplo, a posição do ministro Severo Gomes, a posição do então governador Paulo Egydio Martins de São Paulo, a do prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal. Expressões, portanto, que tiveram uma vocalização não só em atores políticos, mas também em atores empresariais, como alguns dos dirigentes da Fiesp dos anos 1970, como Paulo Francini, Ermírio de Moraes, Paulo Cunha. Vários eles agregaram-se no Iedi [Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial]. Estudaram esse tema muitos autores, como Sebastião Carlos Velasco e Cruz e Leôncio Martins Rodrigues. Essas mudanças nas elites convergiram para a necessidade do fim do regime militar e para o apoio à redemocratização. Somem-se algumas características específicas do regime militar no Brasil como a manutenção de certas aparências. Uma delas foi a permanência do Parlamento, inúmeros parlamentares foram cassados, mas o Parlamento não foi fechado definitivamente. Inclusive, entre os cassados havia pessoas que tinham dado um apoio inicial ao governo militar, mesmo que a contragosto. É o caso de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. O regime militar também manteve o Supremo Tribunal Federal funcionando, ainda que mutilado. As instituições, mesmo ameaçadas e constrangidas, mantiveram a aparência de funcionamento e isso ajudou para que fosse viável uma transição pactuada. A própria Lei da Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979, foi votada pelo Congresso, de forma diferente da que queria a oposição democrática, mas foi votada, é a lei que permanece vigente até hoje. Esses são fatos que demonstram aspectos e formas da transição que chamei de "pacífica" entre aspas.

No campo da economia cresceu a crítica ao intervencionismo estatal dos militares. A crítica ganhou força em razão da crise na qual o Brasil esteve profundamente envolvido a partir de 1979. Na verdade, não era uma crise particular do Brasil e nem os militares foram os únicos responsáveis, mas contribuíram poderosamente para ela. Trata-se da crise da dívida externa combinada com o início de uma longa estagnação da economia, que durou 20 anos. Hoje se fala em década perdida quando se pensa na década de 1980, mas no caso brasileiro houve duas décadas perdidas: a década de 80 e boa parte da década de 90. Só ao final do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, 1998, deu-se o início de uma reversão do fenômeno de

baixo crescimento.

Dib: Um dos compromissos da Aliança Democrática ao assumir o poder em 1985, e mesmo antes do Colégio Eleitoral Indireto, foi a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. O senhor considera que o conteúdo da Constituição de 1988 se deu na contramão do processo de liberalização mundial das décadas de 1980 e 1990?

Vigevani: Não, porque a Constituição de 1988 não era uma Constituição estatizante, mantinha-se no contexto de padrões liberais. Como disse, a crítica de parte dos empresários brasileiros ao governo militar era que o governo Geisel foi extremamente centralizador e estatista. E as várias tendências empresariais defendiam a ideia de que o Estado deveria ser menos intervencionista. Essa ideia esteve presente no debate constituinte e o influenciou em parte. Não considero que a Constituição de 1988 seja estatizante. Ela é, sim, o reflexo de uma propensão social, refletida nas forças políticas, de fortalecimento do Estado de bem-estar social. Provavelmente seja isso que, às vezes, é interpretado como antiliberalizante. Na verdade, a Constituição inseriu muitas regras conectadas ao tema do bem-estar social e essas questões tomaram relevância por vários motivos. O principal é que a Constituição vinha para redimir a sociedade brasileira de 20 anos de ditadura militar e, portanto, as reivindicações dos sindicatos, da população pobre, dos movimentos sociais tiveram um peso razoavelmente grande no processo constituinte e se expressaram na aprovação de medidas que favorecem a ideia de Estado de bem-estar social. Permito-me uma opinião que não é muito compartilhada: após a Constituição de 1988, o funcionamento do Estado de bem-estar no Brasil deu alguns tímidos passos para a frente. Isso se manifesta em duas áreas, altamente sensíveis e importantes para a sociedade, fundamentais em qualquer projeto político, Saúde e Educação. Nos dois campos estamos ainda com padrões atrasados, de país pobre, mesmo assim um padrão relativamente melhor do que se tinha no Brasil até os anos 1980. Isso é consequência das obrigações orçamentárias previstas pela Constituição de 1988, tanto para o governo federal quanto para os governos estaduais e municipais.

Dib: O senhor iniciou a carreira como professor da Unesp em 1987, portanto aos 45 anos. Por que a Unesp?

Vigevani: Comecei minha carreira acadêmica em tempo integral aos 45 anos, o que é uma idade bastante avançada para os padrões normais. Isso aconteceu, como vimos, porque meus estudos formais sofreram como consequência de dez de intensa militância política, de 1960 a 1970, um ano e meio de cadeia e sete anos de exílio; um total de aproximadamente dezoito anos. Quando voltei do exílio, no final de 1979, possuía o título de graduação, que poderia ser interpretado como de mestrado, porém hoje o MEC reconhece esse título como de graduação. Minhas primeiras medidas, vitais, decisivas, ao regressar ao Brasil foi lidar com questões legais, de documentação e atualização de documentos, e de procurar emprego para a sobrevivência. Havia também o problema da minha inserção acadêmica e da validação dos meus diplomas. Como relatei, antes de retornar estava fazendo o doutorado de 3o ciclo na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, e voltando ao Brasil foi difícil dar continuidade aos estudos na França. Então eu busquei a Universidade de São Paulo para continuar a estudar e quem me acolheu como orientador – na época não dependíamos de provas e sim da aceitação pelo orientador – com muita simpatia, foi o professor Carlos Guilherme Mota, no Departamento de História da USP. A partir disso iniciei minhas buscas pela oportunidade de ensinar, mas tive êxitos apenas parciais, já relatados. Um dos entraves foi justamente a falta de titulação, porque, apesar de na época não ser necessário o título de doutor para o ingresso como docente universitário em universidade pública, o título tinha a sua importância e seu peso. Repetindo, nesse mesmo período passei a ensinar como professor substituto na Universidade Católica de São Paulo, dei aulas no Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo e em 1984 e 1985 na Escola de Sociologia e Política.

Com o ingresso no doutorado em 1982, pensei em fazer concursos, e de fato fiz alguns. No Departamento de Ciência Política na USP, em 1985, não fui aprovado. Também fiz um concurso no departamento de História da USP em 1984, não fui aprovado em primeiro lugar. Na Unicamp houve um momento em que o Departamento de História teve interesse em me contratar, mas isso não avançou porque a reitoria não liberou a vaga. Em seguida examinei a possibilidade de alguns concursos na Unesp e fiz um para o campus de Franca, não tendo sido classificado em primeiro lugar. Fiz outro concurso para a Unesp de Assis, onde aconteceu o mesmo. Diversos motivos podem explicar esses resultados, um deles é que estava fora da carreira acadêmica

tradicional existente no Brasil, o que provavelmente foi a razão principal. No início de 1987 participei de um concurso na Unesp de Marília para uma vaga adicional no Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Fui aprovado dentre sete concorrentes. A contratação aconteceu meses depois, no final de 1987, e a partir daí me dediquei em tempo integral à universidade, na Unesp de Marília.

Dib: O senhor faz parte do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o Cedec, fundado em 1976, em São Paulo. Como se deu o vínculo e como se desenvolveu a reflexão sobre as Relações Internacionais no Cedec?

Vigevani: O Cedec foi fundado em 1976 por três pessoas: Francisco Weffort, José Álvaro Moises e Fábio Munhoz. Os três trabalhavam no Cebrap e, em virtude de lógica de pesquisas, particularmente porque estavam voltados ao estudo do movimento sindical, consideraram que deveriam fundar outra instituição que concentrasse seus esforços nesse campo. Foi fundado o Cedec em 1976, que também contou com o apoio da Fundação Ford e logo em seguida da Novib. A fundação foi importante financiadora daquelas e de várias outras instituições de pesquisas em Ciências Sociais, como o Iuperj, da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Quando estava na Itália trabalhando no Ipalmo, na Inter Press Service e colaborando com a Fundação Lelio Basso, tentei manter contato com várias instituições brasileiras, e uma delas foi o Cedec. Sempre na expectativa da volta. Esse contato era o único possível no fim dos anos 1970: o intercâmbio de publicações. Tomei contato por correspondência com José Álvaro Moisés, que era o editor de algumas das publicações do Cedec, e assim estabelecemos a relação do Ipalmo com o centro. A partir de minha responsabilidade pela biblioteca do Ipalmo, foi feito o mesmo com o Cebrap, com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, com o Ipea e com outros centros que vinham ganhando importância no Brasil. Ao preparar minha volta ao Brasil, enviei cartas comunicando que estaria regressando e que gostaria de entrar em contato com eles. Dessa forma fui conversar com o Moisés na sede do Cedec, que era numa casa na frente da PUC de São Paulo, na Rua Monte Alegre, cedida pela universidade. Esse foi o meu primeiro contato pessoal, do qual me lembro perfeitamente: foi nos últimos dias de 1979, entre o Natal e o fim de ano. Mantive essa relação nos anos seguintes, visto meu forte interesse pelas linhas de pesquisas e porque conhecia desde os anos 1960, até

mesmo da infância e adolescência nos anos 1950, algumas das pessoas que pesquisavam lá: Gabriel Cohn, Regis Castro Andrade, Roque Aparecido e outros.

Assistia aos seminários do Cedec de acordo com o tema que me interessava. Nesse período trabalhava na prefeitura de São Paulo, na sua secretaria de planejamento (Cogep, depois Sempla), e dava aula – a partir de 1982 – na Metodista, e também na PUC e na Escola de Sociologia e Política. Em 1986, o Partido dos Trabalhadores lançou candidatos para diferentes cargos, como governador e deputados. Francisco Weffort candidatou-se a deputado federal e o José Álvaro Moisés a deputado estadual. Por essa razão, em maio de 1986 pediram licença do Cedec para dedicarem-se à campanha eleitoral. Nesse momento, Moisés me convidou para substituí-lo no cargo de editor da revista Lua Nova, que havia sido lançada há poucos meses. Antes as publicações do Cedec tiveram outros nomes, destacando-se Revista de Cultura Contemporânea. Também foi convidado por Moisés e pela diretoria do Cedec a trabalhar para a revista Edson Nunes, atualmente professor da PUC, e, com dedicação menor, outros pesquisadores. Fui editor da Lua Nova durante sete anos, até 1990, quando ela ganhou o formato que continua até hoje, tornando-se uma revista de prestígio acadêmico. A partir de 1990 a revista passou a ser editada por Gabriel Cohn. Depois o sucederam outros pesquisadores na função.

Estando no Cedec participei de um ambiente acadêmico e de pesquisa dos mais relevantes no Brasil. Em determinado momento, em 1987 e 1988, discutiu-se a necessidade de fazer um novo projeto institucional, incluindo novas áreas de pesquisa. Procuramos a Fundação Ford e a Finep, porque eram ou poderiam ser financiadores do projeto, desdobramento de linhas tradicionais e inovador em outras. Na fase de elaboração do novo projeto institucional, Francisco Weffort sugeriu que apresentasse, nesse contexto, uma ideia de pesquisa no campo das relações internacionais. Estava ministrando aulas no tema na PUC, minha tese italiana era sobre política exterior do Brasil, assim como o doutorado que ia-se concluindo, portanto a sugestão surgia como lógica e útil, pois se abriria uma nova linha de pesquisa. A minha parte no projeto resultou na pesquisa sobre o conflito do Brasil com os Estados Unidos sobre informática. Daí em diante desenvolveu-se um trabalho intenso de fortalecimento da área, com a formação de equipes, incorporando bolsistas de iniciação científica e jovens cursando mestrado e doutorado. O primeiro pesquisador que participou dos trabalhos do Cedec na área foi João Paulo Veiga, atualmente professor do Departamento de

Política da USP. Sua pesquisa, que em seguida resultou na sua dissertação de mestrado, foi também sobre as relações conflituosas entre Brasil e Estados Unidos no tocante à dívida externa no governo Collor. Depois, inúmeros pesquisadores seniores e juniores foram se incorporando. Pesquisas sobre integração regional, meio ambiente, governos subnacionais, foram desenvolvidas. Foram organizados seminários, diversos sobre questões teóricas na análise de relações internacionais. Depois, contando com pesquisadores experimentados, como Sebastião Velasco e Cruz, Shiguenoli Miyamoto e Reginaldo Moraes, outras áreas foram objeto de pesquisa, destacando-se comércio internacional e estudos sobre os Estados Unidos.

Dib: Professor, o senhor tem estudos sobre a democratização brasileira, sobre a relação do sistema internacional com o Brasil e do Brasil com o mundo, paradiplomacia, integração regional, União Europeia e Estados Unidos. Como tudo isso se conecta?

Vigevani: Se me coubesse uma definição, poderia simplesmente dizer que tenho estudado política exterior do Brasil, esse é o tema central e o eixo ao redor do qual tudo gira. No grupo do Cedec vários temas foram sendo pesquisados, ganharam densidade e se conectando a outros. Particularmente com as relações estabelecidas com inúmeras instituições de prestígio, que somaram forças. Participavam estudantes e professores de diferentes universidades: USP, Unicamp, Unesp, PUC, Fundação Getulio Vargas, Fundap, outras universidades privadas de São Paulo. Também áreas não estritamente acadêmicas, prefeituras, centrais sindicais – particularmente a CUT. Minha pesquisa inicial no campo de Relações Internacionais é sobre a relação Brasil-Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial. Essa é a minha tese de láurea na Universidade de Roma. Foi internamente reconhecida na PUC como mestrado. Esse foi o tema de meu doutorado de 3o ciclo na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, não concluído, e foi o tema da minha tese de doutorado na História da USP. Ao mesmo tempo fiz pesquisas e publiquei, ainda na Europa, trabalhos relativos ao movimento sindical e à história política brasileira, especialmente sobre a política externa do Brasil, artigos em revistas italianas, francesas e mexicanas. Também breves artigos nos Estados Unidos. Nos anos 1970, a partir de 1974.

Portanto, desde o momento inicial, quando retomei a atividade intelectual

formal, passados sete anos de clandestinidade e um ano e meio de cárcere, trabalhei sobre relações externas do Brasil, em especial a respeito das relações do Brasil com os Estados Unidos. A primeira pesquisa institucional que desenvolvi foi a da política brasileira sobre a informática, que é basicamente uma discussão sobre a relação entre os dois países. Depois disso, já no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, um tema de grande relevância e que ganhou grande peso no debate político e acadêmico brasileiro foi a integração regional. Dessa forma começamos a desenvolver estudos sobre a integração regional, a escrever artigos, e foi elaborada uma pesquisa importante, apoiada pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Funag, quando presidida pelos Embaixadores Gelson Fonseca Jr. e João Clemente Baena Soares. Essa pesquisa visou estudar o papel dos atores sociais na integração regional e deu origem a muitas publicações, muitos trabalhos, articulação de uma equipe de pesquisa ampla e também ao desenvolvimento de relações com outras instituições no Brasil e no exterior: na América do Sul, no Mercosul, sobretudo com sindicatos e pesquisadores argentinos e uruguaios, também com instituições acadêmicas europeias e da América do Norte. Essa pesquisa foi desenvolvida sob minha coordenação, pelo menos na parte de responsabilidade da Unesp e do Cedec. Do lado sindical colaboraram Kjeld Jackobsen, Jorge Lorenzetti, Monica Valente, Walter Tesch e outros. Produziram-se vários trabalhos. Quando essa pesquisa foi se encerrando – ela se estendeu por quatro anos – discutiu-se a apresentação de outros projetos. Um deles foi sobre o tema ambiental. Surgiu em razão da necessidade de valorizar estudos desenvolvidos em relação à participação internacional de atores sociais, que se somariam às competências existentes em estudos de meio ambiente e amazônicos. Pesquisador competente nesse campo era Shiguenoli Miyamoto, da Unicamp, autoridade acadêmica importante nos estudos sobre a Amazônia e Segurança. A partir disso, começamos a desenvolver um projeto focado nesse tema, buscando compreender a troca de títulos da dívida externa com investimentos ambientais.

Os estudos sobre paradiplomacia resultam da soma de esforços de várias instituições. O grupo do Cedec e da Unesp vinha acumulando conhecimentos no tema de integração regional. Na Fundap, Maria Inês Barreto, Marco Aurelio Nogueira e Waldomiro Petch tinham tradição de pesquisa sobre questões de administração pública, os professores da PUC Luiz Eduardo Wanderlei e Raquel Raichelis incorporavam sua experiência em estudos sobre movimentos sociais e papel da sociedade civil. A Unesp

teve papel importante, com a participação de José Blanes Sala, e de alunos, como Sérgio Urbaneja. Uma mudança importante qualitativamente para o Cedec foi a incorporação dos estudos sobre economia internacional, com a direção intelectual de Sebastião Velasco e Cruz da Unicamp. O grupo ganhou novas dimensões. Os estudos desenvolvidos sobre os Estados Unidos em seguida consolidam estas equipes, com a formulação de dois grandes projetos.

Nos anos 1990, no período do final do governo de Itamar Franco e no começo do governo FHC, foi constituído um grupo de reflexão sobre relações internacionais no Cedec. Foi um grupo de estudo e de debates travados em seminários nos quais o foco do interesse era o tema da globalização. Tema estimulado por Octavio Ianni, Elide Rugai Bastos e Renato Ortiz. Ianni havia publicado dois livros sobre globalização, tornando-se em alguma medida inovador neste campo. Mas parte importante da atividade do grupo eram os estudos de textos inovadores em Relações Internacionais. Atenção destacada foi dada a alguns temas, particularmente regimes internacionais. Esse tema também pode ser lembrado como um fio condutor do conjunto dessas pesquisas. No contexto mais geral do Cedec realizaram-se seminários sobre o renascimento do pensamento liberal e conservador, retomando-se Friedrich Hayek e outros.

Dib: O senhor foi vice-diretor da Unesp Marília entre novembro de 2000 e novembro de 2004 e diretor da mesma unidade de 2004 até novembro de 2008. Quais realizações das duas gestões merecem destaque?

Vigevani: Eu sempre falo em tom de blague, em tom de piada, que diretor bom é aquele que não faz nada. Por quê? Porque a diretoria de uma faculdade sofre dos mesmos problemas de qualquer cargo público, ainda que em pequena escala, claro. Faculdade é uma pequena administração, não há comparação em termos de tamanho com grandes administrações, universidades ou o Estado em geral. Falo em tom de blague o que segue: quem não faz nada de positivo, mas também não faz nada de errado, fica em posição ótima. O risco é que aquele que se encontra em cargo público, mesmo que de pequena dimensão, possa fazer estragos. Então prefiro dizer que não fizemos nada. Muitas vezes, a impressão que se tem num cargo público é a de que a atividade mais importante seja a de administrar problemas, ou o cotidiano. São os problemas os

que pesam no cotidiano de uma faculdade. Atendemos muitos pequenos problemas, uma infinidade, centenas diariamente, quase sempre sem soluções definitivas.

Entre os problemas ganharam destaque, como acontece ainda hoje, questões apresentadas por alguns estudantes que falam em nome do movimento estudantil, de suas organizações. Isso aconteceu durante os oito anos da minha participação na gestão. Parte das reivindicações foi atendida, mas certamente nunca foi atendida a totalidade. É impossível fazê-lo. Uma faculdade não tem nem poderes nem recursos para isso. Nem mesmo a Universidade, no limite nem o Estado. No Brasil, uma atividade relevante que se situa no coração do que fazem ou deveriam fazer atualmente os dirigentes universitários é o diálogo com os segmentos, não apenas estudantes, também grupos de professores e funcionários. Deve ser administrado o diálogo para que as relações possam permanecer num patamar o mais possível civilizado. Em algumas ocasiões isso não aconteceu, tendo havido violência. Na minha gestão, violência de parte de alguns que pretendiam falar em nome de todos, apresentando um programa maximalista, que, como disse, não há como atender nem sei se deve ser atendido na íntegra.

Outros aspectos surgem das reflexões a respeito dessa experiência administrativa. Defendi, e creio correto dizer que fui coerente nesse aspecto, ao longo dos oito anos, que um cargo administrativo, qualquer seja, inclusive o de diretor e vice-diretor, não deve tornar quem o exerce um burocrata. No sistema brasileiro, deve-se manter a própria atividade docente e de pesquisa. Em outros contextos, nos Estados Unidos por exemplo, o cargo de president é separado do de rector. Um é acadêmico, o outro é administrativo. Creio que foi possível, com alguns limites certamente, manter a vida intelectual, trabalhar em pesquisas, escrever livros e artigos acadêmicos. Nunca abdiquei das responsabilidades docentes, ainda que ocasionalmente restringidas. Sempre ministrei aulas nos cursos, na graduação e na pós-graduação. Quando acabou o mandato de diretor nada se modificou em minha vida, que por outro lado foi pouco influenciada pela rotina administrativa e burocrática. Reconheço com grande carinho que isso foi possível em virtude do apoio conseguido na comunidade em geral, na faculdade, de parte dos funcionários, dos professores e dos estudantes, na universidade como um todo. Nunca foi exigido que abdicasse da minha vida acadêmica. Mantive o conjunto das atividades externas, coordenando ou participando de projetos que incluíam diferentes universidades, colaborando intensamente com agências externas.

Além dos projetos e pesquisa maiores, o início do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Unesp, Unicamp e PUC/SP deu-se em 2001, com o apoio do pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Marcos Macari, quando eu exercia o cargo de vice-diretor, sendo diretor o professor Kester Carrara. Por exemplo, nunca deixei de participar de reuniões acadêmicas importantes no Brasil e no exterior, obrigação dos pesquisadores. Nunca se exigiu que estivesse sentado em minha cadeira de diretor oito horas por dia, sendo reconhecidas as atividades de pesquisa desenvolvidas.

Correndo o risco de alguma subjetividade, considero que no período da gestão houve alguma melhora no reconhecimento acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências, sua produção científica melhorou e também o reconhecimento externo. Isso se expressou em quê? Na produção intelectual, em livros, artigos, resultantes da dedicação de grande número de professores, ainda que não todos. Expressou-se na melhoria da

avaliação dos nossos cursos de pós-graduação. Isso não é um resultado que se colhe todos os dias. Trata-se de um acúmulo, dos esforços de gerações, muitas vezes de anos e de décadas. Não é responsabilidade do diretor nem do vice, é do trabalho, do esforço dos professores. No período da minha gestão isso avançou um pouco, sempre houve preocupação pela valorização do ensino de qualidade e da pesquisa, ainda que não se tenha modificado inteiramente a situação existente. A faculdade continua tendo muito a melhorar, trata-se de atividade que exige continuidade e persistência, um movimento permanente.

Outros pontos devem ser lembrados, costumam ser muito valorizados na universidade. Tampouco são de responsabilidade do diretor, o são da coletividade. Lembro-os porque aconteceram nesse período de oito anos, de 2000 a 2008. A ampliação da faculdade – foram criados quatro novos cursos –, os investimentos em infraestrutura se ampliaram, foram construídos novos prédios como os da Pós-Graduação, do Escritório de Pesquisa, de Informática, o restaurante. Foram feitas reformas na unidade auxiliar, foi completado o prédio novo para Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Mas, como sempre repito, essas são obras, não vejo necessário serem lembradas. Tudo isso é o produto dos esforços da instituição. Na parte final da gestão, de 2006 em diante, foi parcialmente superada a crise financeira que estrangulava a universidade desde o final dos anos 1990, isso como consequência das melhores

condições econômicas no país. Assim viabilizaram-se as obras e, sobretudo, o reinício das contratações de professores e funcionários, o que se consolidou nas gestões seguintes. Até 2008 o impacto foi limitado, os resultados surgiram a partir de 2009. O ICMS do estado de São Paulo cresceu.

Dib: Professor, em 2006 o senhor foi o mais votado para compor o quadro do Conselho Superior da Fapesp. Como se deu esse processo e quais foram os desdobramentos?

Vigevani: A Fapesp compõe seu Conselho Superior de duas formas: uma é pelos indicados da USP, e outra pelos indicados das outras instituições universitárias e de pesquisa do estado de São Paulo. Por que isso? Por causa do estatuto de 1952 da Fapesp, do tempo em que a única universidade estadual era a USP. Os indicados da USP o são pela reitoria ao governador. Ele é quem os nomeia a partir de uma lista tríplice. No caso das outras instituições, há eleição. Dela participam todas as instituições de pesquisa do estado. As duas com maior peso numérico são a Unesp e a Unicamp, por conta do número de professores que possuem. Em seguida vêm outras, menores – a Unifesp, que está crescendo muito, a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), a PUC e outras. A Famema também faz parte. Participam instituições particulares, sobretudo as que possuem pós-graduação e pesquisa, os institutos do estado: o Instituto Butantan, o Instituto de Economia Agrícola, outras como o Cebrap, o Cedec etc. O então reitor Marcos Macari considerou que em 2006 a Unesp deveria participar, buscando aumentar o número de seus representantes, ou, ao menos, tentar. Na Unesp era o momento de se encontrar alguém da área de Humanas para isso. Nessa circunstância meu nome foi indicado como candidato da universidade. Na ocasião era diretor da faculdade, o que facilitava o trânsito e o conhecimento. O reitor pediu para me candidatar, o que fiz. A Unesp fez a inscrição, porque são as instituições que a fazem, e fiz a campanha. Percorri o estado. Fui a Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Taubaté, São José dos Campos e a muitas instituições na cidade de São Paulo, PUC/SP, Unifesp, Cebrap, SESC, além do Cedec etc. A direção da universidade trabalhou bastante, negociou apoio recíproco com a Unicamp, o que é decisivo. Por que tive 278 votos? Por causa desses acordos. O candidato da Unicamp era o seu reitor, professor José Tadeu Jorge, alcançou 252 votos. Por quê? Não sei exatamente, provavelmente

porque não articulou o apoio, talvez na crença que os votos da Unicamp e da Unesp poderiam ser suficientes. A lista tríplice foi enviada ao governador. Ele indicou o segundo colocado, provavelmente porque eu não tinha os apoios políticos necessários. Mas não apenas por isso. Na época havia o consenso, não uma regra formal, um acordo informal, segundo o qual todos os reitores deveriam estar no Conselho Superior da Fapesp. Dele já participavam os reitores da USP e da Unesp.

Dib: Professor, da sua carreira, quais ideias, pesquisas e conceitos o senhor considera de maior alcance? Os mais importantes?

Vigevani: Os grupos com os quais trabalhamos, de que participamos, as instituições, os pesquisadores – trata-se de um período longo, 35 anos, em alguns casos há mais tempo, 50 anos – colaboraram na introdução de alguns temas no debate intelectual brasileiro. Não se trata de atividade isolada. Sempre junto com outros grupos no Brasil. Um dos conceitos que colaboramos para introduzir é o de regimes internacionais. Não é um debate brasileiro, o conceito de regimes internacionais é introduzido pela literatura internacional, particularmente norte-americana. Distintos pesquisadores colaboraram na apreensão do conceito. O grupo de relações internacionais do Cedec, que agregou professores de várias instituições, levou adiante essa discussão. Outro tema importante em relação ao qual colaboramos é o da integração regional. Inúmeros pesquisadores que integraram as pesquisas são hoje intelectuais reconhecidos com importantes contribuições. Alguns com larga trajetória, já citados, outros que se iniciaram mais recentemente: Marcelo Passini Mariano, Karina Pasquariello Mariano, por exemplo. Outro debate para cuja reflexão houve participação é o da paradiplomacia. Como dissemos, houve grupos especificamente direcionados à discussão de economia política internacional com a liderança de outros pesquisadores. Mais recentemente, mas já com um capital acumulado notável, o tema de Estados Unidos, que certamente enfeixa muitos outros. Não sou eu quem dá a maior contribuição, há pesquisadores importantes, Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Reginaldo Moraes e outros, muitos jovens e de grande capacidade. Ajudamos a adensar o tema de estudos e a pesquisa sobre essas questões. Contribuímos coletivamente para a formação de uma legião de jovens com sólida formação em estudos sobre os Estados Unidos. Em tudo isso o que representa o nexo vinculante é, de meu ponto de vista, o

debate da política externa brasileira, a inserção do Brasil no mundo, com foco nos movimentos críticos do unipolarismo. Nunca os contei, mas talvez ultrapassem a centena os pesquisadores participantes desses trabalhos, ou vinculados a programas integrantes dessas atividades, mesmo quando eu próprio participei de modo modesto ou marginal. Hoje, muitos estão em instituições de São Paulo e do Brasil, ou mesmo no exterior, muitas vezes em cargos acadêmicos.

Dib: Professor, devido a essas contribuições o senhor se tornou conhecido em alguns temas de pesquisa e áreas do conhecimento. Como é a responsabilidade quando alunos, pesquisadores e outros podem ser influenciados pelas ideias que surgem dos debates de que o senhor participa?

Vigevani: Minha contribuição é modesta. Não vejo possa ser uma referência, nem mesmo um marco. A contribuição reside nas ideias, em conhecimentos ou interpretações novas. Há alguns autores que falam que os temas relativos às Ciências Sociais se adensam de acordo com os interesses dos pesquisadores. O que significa? Esses temas aos quais fizemos referência não surgem abstratamente, são a consequência de determinadas condições. Por exemplo: a discussão sobre regimes internacionais é consequência do ordenamento internacional que vai se estruturando no mundo contemporâneo. E o que são eles? Podem ser, por exemplo, regime internacional do comércio, de controle de armas nucleares, foguetes balísticos, meio ambiente, direitos humanos etc. Ou seja, são regras que, se aceitas, como escreveu Stephen Krasner em 1982, “por todos ou quase todos” passam a ter uma validade considerada universal. E por que eles ganham força nos anos 1980? Ganham força porque é a fase em que vai se consolidando a coexistência pacífica e um número razoável de países tenta convergir em relação a determinados temas. Por exemplo: meio ambiente é um regime internacional, regras em relação às quais se cria um consenso básico – ainda que depois haja muitas divergências sobre a implementação, sobre como estabelecer regras concretas etc. Direitos humanos é um regime internacional na mesma perspectiva, sobre o qual há um acordo básico de princípio. A partir desse, tenta-se estruturar regras precisas de execução. Outros temas, como política exterior do Brasil, interessam a muitos, porém nunca foram um tema de amplo debate na sociedade brasileira. Parece que está aumentando o interesse público pela política internacional

no Brasil.

O mesmo vale para outros temas, é o caso da paradiplomacia. Esse exemplo é interessante para mostrar o vínculo entre vida acadêmica e interesses reais, os estímulos para entender determinados fenômenos. Trata-se da necessidade de explicar acontecimentos, relações, em níveis de maior abstração, com perspectiva histórica ou conceitual melhor. A paradiplomacia não é algo novo, sempre existiu, na época dos persas, dos gregos, dos romanos. A utilização do termo depende das formas de interpretação. Como afirmou Rubens Ricuperio, “globalização sempre existiu”. Eu mesmo escrevi, “as três caravelas de Cristóvão Colombo podem ser vistas como globalização”. Por que surge o tema com especificidade nos anos 1980? Porque novas palavras são utilizadas para explicar conceitos velhos, mas que vão se modificando ao longo do tempo. A paradiplomacia é tema mais do que clássico no campo da Política Internacional. Depende do uso do termo. Ninguém ligou Tucídides [História da guerra do Peloponense. Brasília: Editora UnB, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001] à paradiplomacia, mas é um bom exemplo, como outros, de como se forjam interesses acadêmicos e de pesquisa. No caso, o peso das relações internacionais, da integração regional, a intensificação e rapidez das trocas, levou a que a política externa passasse mais organicamente a fazer parte da administração pública municipal e estadual. Daí a necessidade de sua compreensão, de estudá-la.

Os temas de política internacional não são abstrações. Os temas do convívio pacífico, das relações de poder, o realismo, todos surgem num contexto de debate objetivo e não são abstrações. Não são questões que surgem fora de determinados contextos e circunstâncias. Por exemplo, a formulação sistemática da teoria realista: sabemos que surge da necessidade de explicar, compreender determinados fatos. Sem sistematização, talvez, sempre foi uma forma de realidade. O que quero dizer: os temas que os cientistas sociais elaboram estão ligados com a possibilidade de incidir no debate, na realidade. O trabalho que esses estudiosos fazem, também em Relações Internacionais, busca reconhecer, identificar uma realidade, descrevê-la metodicamente, para sabermos como efetivamente se verifica e se modifica. Quais são suas conexões e possíveis padrões. Ou significa interpretar uma realidade e formular propostas. Os cientistas sociais são muito levados a isso. Creio que seu papel principal não seja o de formular propostas, e sim o de compreender como os processos se dão. Não é possível desconhecer que as consequências dessas interpretações incidem

fortemente. Mas não diretamente, às vezes. É o peso das ideias e dos conhecimentos. No máximo tentei ajudar a compreender determinados processos. Além do mais, no caso de professores, em todos os níveis, a questão é contribuir para o desenvolvimento social e para os conhecimentos a serem transmitidos para as novas gerações.

Dib: Professor, o senhor poderia explicar o processo de transformação da política externa brasileira desde o governo Sarney, passando por FHC e Lula e chegando até os dias de hoje com Dilma? Explicando também como se inserem os conceitos da “autonomia pela distância”, “autonomia pela participação” e “autonomia pela diversificação”?

Vigevani: Os conceitos tentam resumir e tornar visível a essência de algumas questões. Por exemplo, atribui-se a característica de verde a objetos muito distintos entre si, mas que têm algo em comum, a cor. Em primeira e imprecisa afirmação podemos dizer que o mesmo vale para temas de política externa. Esses conceitos de autonomia não fomos nós a formular, quem os sistematizou foi Gelson Fonseca Jr. [A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998]. Ele sistematizou os conceitos de “autonomia pela distância” e de “autonomia pela participação”. Nós, com Gabriel Cepaluni, professor na Unesp de Franca, anteriormente aluno de nosso mestrado de relações internacionais, adaptamos o conceito, introduzindo “autonomia pela diversificação”. O objetivo foi sintetizar o que seria a política de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, mesmo sabendo que um conceito não pode enfeixar todos os fenômenos a que se refere. Por quê? Porque a equipe levada ao governo por Lula da Silva não é defensora da ideia de “autonomia pela distância”, inclusive porque os tempos mudaram em relação ao do período do pragmatismo responsável, por exemplo. Quais são os exemplos de política brasileira de autonomia pela distância? Os exemplos históricos são os da política externa independente e da política de Geisel. São exemplos clássicos de autonomia pela distância que levavam a um enfrentamento com determinados sistemas de poder em nível internacional. Nesses dois casos levaram a conflitos particularmente com os Estados Unidos. A distância seria não apenas em relação a esse país, mas em relação ao conjunto das formas hegemônicas que determinam os regimes internacionais. Distância da política do livre-comércio, distância da política de controle das armas

nucleares, de não proliferação das armas nucleares. Esses são exemplos de distância, podem ser citados outros: meio ambiente, no período da Ditadura, direitos humanos, e outros.

A política do Lula tem especificidades. Ela combinou elementos das duas anteriores e inovou em alguns aspectos. Trouxe a ideia de distância, da não aceitação incondicional e da não aceitação em absoluto de algumas determinações de países mais importantes no sistema internacional, porém sem romper. Por isso denominamos essa ação de autonomia pela diversificação. A ideia de diversificação introduz a noção de que não há um enfrentamento com os sistemas hegemônicos, aqueles que têm um papel maior na formulação dos regimes. Ao mesmo tempo se busca o enfraquecimento do unipolarismo e da política da força pela diversificação de parceiros, sobretudo num contexto de fortalecimento de países que não fazem parte do sistema de dominação historicamente existente. A política de Lula da Silva e a de Dilma Rousseff foram facilitadas por razões objetivas. Uma delas é que a crise norte-americana foi se aprofundando nos anos 2000. Não que os Estados Unidos deixaram ou deixarão de ser a potência mais importante do mundo. São e continuarão sendo ainda por muitos anos e décadas. Entretanto houve sinais importantes de crise econômica, de crise de hegemonia e, muito interessante, do soft power. A influência dos Estados Unidos no mundo depois da Segunda Guerra Mundial foi muito importante tanto pelo seu poder econômico como militar, mas também pelo poder de suas ideias. Elas ainda são poderosas, algumas inclusive se universalizaram, mas a capacidade de direção cultural e de valores daquele país diminuiu. Vou dar dois exemplos simplificados: em tema de meio ambiente e de direitos humanos, a capacidade dos Estados Unidos de se apresentarem como campeões está enfraquecida. Isso viabilizou a política da diversificação. O outro elemento importante que permitiu a diversificação de parceiros é o ascenso da China no sistema internacional. Ainda não é um ascenso político-militar abrangente, mas certamente um ascenso econômico amplamente reconhecido. A China já é a principal potência comercial do mundo em 2014 e será em poucos anos a maior potência econômica. A não ser que tenhamos mudanças de direção cataclísmicas, o que não é previsível no momento. Tudo isso viabilizou o que conhecemos como “autonomia pela diversificação”. Repito, não é nenhuma grande invenção ou descoberta, apenas a tentativa de sintetizar novas circunstâncias, de algumas especificidades dos governos brasileiros de 2003 até hoje, doze anos.

Dib: Em 2008 o CNPq e a Fapesp aprovaram o projeto de Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu), proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, contando entre as instituições promotoras a Unesp, a Unicamp, a PUC/SP, o Cedec, e também as Universidades Federais de Santa Catarina e do Piauí, e a Estadual da Paraíba. Qual é o impacto desse instituto e projeto para o ambiente de pesquisas nessa área e o impacto para o próprio governo brasileiro?

Vigevani: Eu simplesmente assinei os papéis, na qualidade de coordenador escolhido pelos colegas proponentes. Uma casualidade. Explica-se por algumas razões. Como você lembrou, é resultado da adesão de diferentes instituições. A sede, de fato, é o Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Unesp, Unicamp, PUC e o Cedec. Este último, por congregar pesquisadores de diferentes universidades, acabou surgindo também como sede natural. O programa de pós-graduação porque as três universidades que tiveram a iniciativa tinham seus pesquisadores integrados nele. Hoje, também participam pesquisadores das universidades federais de Uberlândia, da Paraíba e do Piauí e da Universidade Estadual da Paraíba, além de professores e estudantes de outras ainda. A nova fase do projeto que será coordenado por Sebastião Velasco e Cruz, incluirá também a USP, a Unila, a Federal de Grande Dourados, a Unifesp. Por que participam todas essas instituições? A razão é simples: porque nelas há pesquisadores seniores que querem participar dos trabalhos em linhas já existentes ou novas, ou porque são nossos ex-alunos ou pesquisadores juniores já envolvidos no trabalho, com uma intensa relação intelectual prévia.

O Instituto de Estudos sobre os Estados Unidos tem alcançado resultados excelentes do ponto de vista científico. Produziu 30 livros, centenas de artigos sobre o tema, produziu pesquisas, mestrados, doutorados. Tudo isso está bem quantificado. Acaba, por exemplo, de ser publicado um livro de Reginaldo Moraes sobre a política educacional daquele país. Sobre política de comércio temos muitas coisas publicadas. Sobre meio ambiente há também estudos e publicações. Sobre as relações internacionais há uma enormidade, quanto a isso estamos altamente satisfeitos, o que é reconhecido pelas agências. O que não nos deixa tranquilos é o que se refere à outra

parte da pergunta formulada, a do impacto para o próprio governo brasileiro. Nesse aspecto há problemas. O INCT-Ineu foi apresentado em resposta a um edital do CNPq publicado em meados de 2008. Antes havíamos elaborado, e foi aprovado, outro projeto de pesquisa sobre os Estados Unidos. Respondia ao Edital Renato Archer do CNPq, de 2006. Editais em relação aos quais o governo tinha expectativas. Foi ponto específico dos editais a solicitação de explicitação a respeito da influência que trariam essas pesquisas não apenas no aspecto acadêmico, mas também em relação aos benefícios sociais e para as políticas públicas. Para alguns projetos, inclusive para alguns INCTs, trata-se de consequências e de benefícios que impactam grupos sociais e culturais, regiões, de forma direta. Por exemplo, pesquisas relativas a políticas educacionais, de meio ambiente, sobre segurança pública, saúde, interessam a muitos. No caso da política exterior, nosso INCT foi o único desta área aprovado em 2008, especificamente estudos sobre os Estados Unidos, sua sociedade, sua história, sua economia, os resultados de pesquisa deveriam ser utilizados, digamos, sobremaneira pelo governo. Poderíamos dizer que isso não vem sucedendo na intensidade necessária. Adquirimos um acúmulo de conhecimentos, inclusive há uma crescente massa crítica em termos de pesquisadores interessados no tema, que não estão sendo mobilizados na medida em que poderia ser pelo próprio governo, a começar pelo Ministério das Relações Exteriores. O ministério tem consultado esses trabalhos em alguns casos, mas em escala pequena. Em conclusão, é preciso avançar mais. Mas essa não é uma responsabilidade só do INCT, a responsabilidade é dos potenciais, entre aspas, “clientes” das pesquisas. Não estamos tendo essa solicitação que seria de se esperar.

Dib: Professor Tullo Vigevani, o senhor e sua família foram perseguidos pelos nazistas na Itália, e ainda criança o senhor teve que deixar seu país de origem e vir para o Brasil. Posicionou-se contra as desigualdades e a favor da democracia. Lutou contra a Ditadura. Foi perseguido, viveu na clandestinidade, foi preso e torturado. Retornou à Itália forçado. Lá, estudou, participou de campanhas e de entidades internacionais a favor da democracia, enquanto viveu um intenso processo de debates e articulações sobre temas europeus e latino-americanos. Abandonou um doutorado em Paris para retornar ao Brasil com a Lei de Anistia, de 1979. Essa jornada o fez iniciar sua carreira como professor universitário da Unesp aos 45 anos, idade avançada para os padrões médios da universidade brasileira. Mesmo assim se transformou em pesquisador

conhecido no campo de Relações Internacionais e no mundo acadêmico, orientando inúmeros alunos e pesquisas, coordenando projetos acadêmicos e contribuindo fortemente para a democratização do conhecimento e para o desenvolvimento de alguns marcos teóricos.

O senhor foi forçado a abandonar o curso de engenharia na USP em virtude das perseguições da Ditadura, mas anos depois iniciou contribuição para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Como professor e pesquisador, foi e continua sendo um engenheiro do ensino e da pesquisa democratizada.

Sua história de vida, antes de ser uma história de vitórias, é uma história de sobrevivência e de superação. O senhor é um exemplo de que a persistência e a dedicação, o amor a uma causa e a ideais são mais fortes que as adversidades. Que as palavras possuem mais poder que balas e pólvora e é no ambiente democrático que elas têm maior poder. Que o conhecimento se mantém enquanto a tirania se esfacela. Professor Tullo, que mensagem o senhor deixa para os jovens estudantes e pesquisadores que irão ler essa entrevista?

Vigevani: Essas considerações são de quem as faz. Não me reconheço nesses méritos citados. O que penso, o que também não é um discurso novo, é que no Brasil e em muitos outros países, é necessário aumentar os conhecimentos. Aumentar a disciplina pela busca do conhecimento. O Brasil e outros países têm dificuldades por muitas razões, mas uma delas é o baixo nível educacional e cultural da população. Essa responsabilidade não é só dos governos, pois eles são passageiros, mas sim das elites que não permitiram uma educação melhor. Para pensar em termos amplos e não conjunturais: a escravidão. Trezentos anos de escravidão no Brasil, portanto, milhões de pessoas não tiveram acesso à educação durante muito tempo. Assim, temos problemas que não se resolvem em dez ou mesmo em cem anos. Aí está o Brasil de hoje: é só atentar aos níveis educacionais, aos empregos, aos salários, das populações negras que foram escravas. Estão em patamares inferiores e não há ainda a necessária concentração de esforço para reverter isso. Outro aspecto: no Brasil, até os anos 1950 o nível de analfabetismo era enorme. Isso está atenuado hoje porque houve a universalização do ensino público, o acesso mínimo à leitura está mais amplamente difuso, mas o acesso a ensino de melhor qualidade ainda é pequeno. No meio acadêmico se fala muito que o Estado não investe os recursos necessários. Penso que não seja só um problema de investimento público. É um problema também de

responsabilidade pela utilização dos recursos, de melhor uso. Os dois aspectos devem ser resolvidos, apenas maiores inversões não vão resolver todos os problemas. Todas questões que cabem na discussão sobre educação.

Entretanto, há outros temas igualmente fundamentais: taxa de investimento, o nível de poupança baixo no Brasil, outros ainda. Os governos do PT trouxeram uma discussão relevante: boa parte das atuais elites foram formadas nos debates da Terceira Internacional e do desenvolvimentismo latino-americano (Cepal, Sudene, BNDE, nacionalismo econômico), estivemos por décadas convencidos que a melhor distribuição de renda seria uma alavanca essencial de progresso. Pudemos comprovar que o é. Mas devemos acrescentar que não é suficiente. O tema da educação relaciona-se com a baixa competitividade e à baixa produção de conhecimentos, de ciência e de tecnologia. Não é apenas o baixo investimento a causa. Há outras questões, apenas para efeito de raciocínio, acrescentaria ser preciso maior densidade, uma massa crítica em ciência, tecnologia e cultura maior. Os exemplos internacionais são muito claros.

Figura 2: Tullo com estudantes da Unesp de Marília



Figura 3: Tullo diretor da Unesp de Marília



Figura 4: Tullo em evento na televisão



Figura 5: Tullo em evento na China



Figura 6: Tullo, professor emérito

